

cular a qual se encontra disponível, para consulta, na Rua da Prata n.º 8, 1149-057 Lisboa, bem como na página electrónica do GPERI.

16 de Setembro de 2009. — O Presidente do Júri, *José Manuel Fusco Gato*.

202353993

Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.

Deliberação (extracto) n.º 2751/2009

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, faz-se público que, precedendo procedimento concursal para ocupação de postos de trabalho na carreira e categoria de técnico superior, procedeu-se, na sequência de deliberação de 23 de Abril de 2009 do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., à celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, sujeito a período experimental, com a duração máxima permitida pelo disposto no artigo 76.º do RCTFP, com os trabalhadores Maria de Fátima Gapete Cabreirinha Tique, Carlos Alberto Pimentel Roque, Tiago Jorge Cavaco dos Santos, Pedro Alexandre Baptista Martinho Mamede, auferindo a remuneração base, correspondente à posição remuneratória entre a 3.ª e a 4.ª da categoria e ao nível remuneratório entre o 19 e 23 da tabela remuneratória única, e João Pedro de Sá Loureiro de Sousa Loreto, auferindo a remuneração base correspondente à posição remuneratória entre a 4.ª e 5.ª da categoria e ao nível remuneratório entre o 23 e 27 da tabela remuneratória única, todos com efeitos à data do início da actividade.

22 de Setembro de 2009. — O Presidente do Conselho Directivo, *António Crisóstomo Teixeira*.

202350185

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 21927/2009

O Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, aprovou o enquadramento legal de aplicação do Fundo Social Europeu (FSE) para o período de programação 2007-2013, determinando a necessidade de regulamentação complementar específica para disciplinar as várias tipologias de intervenção no âmbito dos respectivos programas operacionais.

Atendendo à necessidade de assegurar, com celeridade, a concessão dos apoios previstos pelo Programa Operacional Potencial Humano (POPH), permitindo abrir, no imediato, as respectivas candidaturas, foram publicados os diversos regulamentos específicos. No âmbito do combate à crise económica considera-se agora necessária a introdução de ajustamentos no sentido de redução da taxa de comparticipação comunitária, aumentando a contrapartida pública nacional, de forma a permitir, por esta via, apoiar um maior número de iniciativas de resposta à necessidade de reforço, em tempo de crise, do investimento público nas áreas de desenvolvimento social.

A comissão ministerial de coordenação do POPH, nos termos do n.º 5 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 74/2008, de 22 de Abril, e 99/2009, de 28 de Abril, aprovou a presente alteração, tendo sido colhido o parecer prévio favorável do Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, na redacção que lhe foi dada pelo Decreto Regulamentar n.º 13/2008, de 18 de Junho, pelo que, em conjugação com o seu n.º 3, determina-se o seguinte:

Artigo 1.º

Alteração ao despacho n.º 4749/2009, de 9 de Fevereiro

O artigo 15.º do regulamento específico que define o regime de acesso aos apoios concedidos no âmbito da tipologia de intervenção n.º 6.12, «Apoio ao Investimento a Respostas Integradas de Apoio Social», do Programa Operacional Potencial Humano, publicado em anexo ao despacho n.º 4749/2009, de 9 de Fevereiro, passa a ter a seguinte redacção:

«Artigo 15.º

[...]

1 — O financiamento público dos projectos da presente tipologia de intervenção, que corresponde à soma da contribuição comunitária

com a contribuição pública nacional, na acepção do artigo 37.º do Decreto Regulamentar n.º 84-A/2007, de 10 de Dezembro, é assegurado através da repartição constante do quadro seguinte:

	Regiões Convergência (Eixo 6)	Região Algarve (Eixo 8)	Região de Lisboa (Eixo 9)
Contribuição Comunitária	50%	72,61	50,60
Contribuição Pública Nacional	50%	27,39	49,40

2 — [...]

Artigo 2.º

Produção de efeitos

O presente despacho produz efeitos desde 27 de Agosto de 2009.

21 de Setembro de 2009. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

202353288

Despacho n.º 21928/2009

Pela Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, com a redacção dada pela Portaria n.º 285/2008, de 10 de Abril, foi aprovado o Regulamento do Programa de Contratos Locais de Desenvolvimento Social, adiante designado por Programa CLDS.

Este Programa tem por finalidade, por um lado, promover a inclusão social dos cidadãos, de forma intersectorial e integrada, através de acções a executar em parceria e, por outro, combater a pobreza persistente e a exclusão social em territórios deprimidos.

O Programa CLDS contempla eixos estratégicos de intervenção e exige a realização de acções obrigatórias de combate à pobreza e à exclusão, de modo a garantir uma maior coesão territorial e uma mudança social nos territórios mais deprimidos, através de estruturas de parceria em que os municípios assumem o seu papel institucional de responsabilidade sobre a intervenção naqueles territórios.

Determinam os n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º da referida portaria, bem como o n.º 2 da norma iv do Regulamento do Programa CLDS, que os territórios a abranger pelos contratos locais de desenvolvimento social (CLDS) e a dotação orçamental do Programa são definidos por despacho do membro do Governo responsável pela área da segurança social.

Através do despacho n.º 7458/2008, de 27 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 52, de 13 de Março de 2008, do despacho n.º 8848/2007, de 9 de Abril, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de Maio de 2007, e do despacho n.º 13 536/2007, de 30 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 123, de 28 de Junho de 2007, foram definidos os territórios a abranger como projectos projectos-piloto no Programa CLDS.

Neste contexto, torna-se necessário proceder à renovação dos CLDS relativos a esses territórios, bem como determinar novos territórios a abranger pelo Programa e fixar a correspondente dotação orçamental máxima para o seu desenvolvimento.

Assim, ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 do artigo 4.º da Portaria n.º 396/2007, de 2 de Abril, bem como do n.º 2 da norma iv do Regulamento do Programa CLDS, determina-se o seguinte:

1 — Após análise dos relatórios de execução física e financeira relativos aos primeiros 12 meses da sua execução, são renovados, por 24 meses, os CLDS celebrados ao abrigo dos despachos n.ºs 7458/2008, de 13 de Março, 8848/2007, de 16 de Maio, e 13 536/2007, de 28 de Junho.

2 — A dotação orçamental afecta à renovação dos CLDS, prevista no número anterior, ascende ao montante global de € 3 302 938.

3 — São abrangidos pelo Programa CLDS os novos contratos locais de desenvolvimento social a executar, por um período de 36 meses, nos seguintes territórios:

Concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, Sousel e Vila Viçosa;
Concelhos de Alcobaça e Nazaré;
Concelhos de Alcoutim e Castro Marim;
Concelho de Alfândega da Fé;
Concelhos de Alijó, Murça e Sabrosa;
Freguesia do Laranjeiro, no concelho de Almada;
Concelho de Alpiarça;
Bairro de Santa Filomena, no concelho da Amadora;
Concelho de Amarante;
Concelho de Armamar;
Concelho de Arouca;
Concelho de Barcelos;